



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**ATA Nº 07**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 09/04/2013**  
(Contém folhas)

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Luís de Almeida Gonçalves	(PS)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Gonçalo Barateiro Diogo	(PS)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 09/04/2013**

**ACTA Nº 07**

----- Aos nove dias do mês de abril do ano dois mil e treze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho, Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Luís de Almeida Gonçalves, João dos Santos Alves e Gonçalo Barateiro Diogo. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico do Gabinete de Apoio à Presidência. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 26 de março de 2013 foi aprovada por unanimidade. -----

**1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES**

**1 - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE**

**1.1 - Cerimónias do Feriado Municipal - 10 de Abril 2013**

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo que vai haver uma pequena alteração no programa oficial do Feriado Municipal: a cerimónia terá início cerca das 10:00 horas, com a receção de Sua Excelência o Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, no Edifício dos Paços do Concelho, a assinatura de Protocolos com Instituições Concelhias e a atribuição de Medalhas Municipais. Seguidamente proceder-se-á às visitas programadas ao Centro de Saúde e Edifício da Unidade de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia, ao Futuro Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra e Inauguração da Obra de Requalificação do Largo do Cristo Rei e culminando



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

com o almoço dos convidados no Villa Pampilhosa Hotel. -----

----- Mais informou que, relativamente à Assinatura do Protocolo da Unidade Móvel de Saúde entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Administração Regional de Saúde do Centro, consistirá apenas num ato simbólico, com a apresentação das Viaturas.

----- Relativamente a este projeto, referiu que é um projeto conjunto de "Unidades Móveis de Saúde", que será efetivado mediante um Protocolo a celebrar entre a Fundação Portugal Telecom, a Câmara Municipal do Fundão, a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra e a ARSC - Administração Regional de Saúde do Centro, que tem como objeto definir os termos e condições em que a Fundação PT apoio um Projeto Piloto para a criação de Unidades Móveis na prestação de cuidados de saúde de proximidade para os Concelhos do Fundão e da Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### 1.- INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE E DOS SENHORES VEREADORES

##### 1.1 - Reunião extraordinária do Executivo Camarário

----- Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, realizar uma reunião extraordinária do Executivo Camarário, no dia 15 de Abril, pelas 09:30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- 1) Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Ano 2012; -----

----- 2) Aplicação do Resultado Líquido do Exercício; -----

----- 3) Inventário e Cadastro Patrimonial; -----

----- 4) 1ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano 2013. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

##### 2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

##### 2.1.1 - Transferência de Verbas - Pinhais do Zêzere

----- Foi presente uma informação da Secção Financeira, do seguinte teor: -----

----- " O Município de Pampilhosa da Serra é associado da Pinhais do Zêzere - Associação para o Desenvolvimento. No ano de 2012 transferiu para a Associação 400€/mês para fazer face às



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*despesas que lhe pertencem nos encargos com a referida Associação, pelo que, para se proceder à transferência do mesmo valor no ano de 2013, é necessária deliberação de Câmara com efeitos a partir de Janeiro/2013. " -----*

----- Face a exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 2.2 - INFORMÁTICA

### 2.2.1 - Gustavo José de Almeida Brás

#### - Pedido para expor online o trabalho realizado ao serviço do Município

----- Foi presente uma carta do seguinte teor: -----

----- " Eu, Gustavo José de Almeida Brás, funcionário da Pinhais do Zêzere, ao serviço do Município de Pampilhosa da Serra, venho por este meio informar V.Exª que é da minha intenção criar, através do meu site particular ([www.guxdesign.pt](http://www.guxdesign.pt)), um portfólio online para poder divulgar o meu trabalho, crescendo desta forma como designer profissional. -----

----- Consequentemente, gostaria de pedir a autorização do Município de Pampilhosa da Serra para publicar algum do trabalho que realizei ao serviço deste, sendo portanto propriedade do mesmo. -----

----- Para que V.Exª possa ter conhecimento de quais os trabalhos que pretendo exibir no meu site particular, passo a enumera-los: -----

- - Boletins Municipais números 24, 25, 26, 27 e 28; -----
  - - Roteiro Turístico "Pampilhosa da Serra Inspira Natureza"; -----
  - - Logótipo e layout do site Pampilho.tv; -----
  - - Logótipo do programa "A Minha Primeira Ajuda"; -----
  - - Logótipo do programa social " Conversas de Avós"; -----
  - - Artes finais do Museu Municipal (após a sua inauguração). -----
- Grato pela atenção. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## 2.3 - SERVIÇOS JURÍDICOS



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.3.1 - Renovação do Contrato de Arrendamento da Fração C do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, Freguesia de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----  
----- *"Na sequência de requerimento, subscrito pela gerência da sociedade comercial RGA – Oficina e Manutenção Geral de Automóveis, Lda, arrendatária da fração C do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, onde solicita a renovação do contrato de arrendamento daquela fração, assinado em 2 de outubro de 2007, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão que: -----*

#### *"Cláusula Terceira* *DURAÇÃO DO ARRENDAMENTO*

O arrendamento tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feito pelo período de cinco anos, renovável a requerimento do SEGUNDO OUTORGANTE, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo do Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um ano, até ao limite máximo total de vinte anos." -----

----- *Pelo que, o arrendatário em questão cumpriu com o prazo de antecedência mínima previsto contratualmente. -----*

----- *Atento também o facto de a sociedade em questão ter a sua situação regularizada no que respeita ao pagamento de rendas ao Município, tendo apresentado os recibos respeitantes ao pagamentos dos prémios de seguro, previstos contratualmente, poderá a Câmara Municipal, querendo, anuir na renovação do arrendamento por mais um ano, a contar de 2 de Outubro de 2013." -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, renovar o contrato de arrendamento da fração C do I Pavilhão da Zona Industrial do Alto das Aldeias, por mais um ano, a contar de 2 de Outubro de 2013. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.3.2 - Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Brejo de Baixo - Pedido de apoio financeiro para obras na casa do povo de Brejo de Baixo

----- Foi presente uma carta da Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Brejo de Baixo, Pessoa Coletiva com o n.º 509775349, com sede na Rua da Capela, em Brejo de Baixo, a comunicar que tem estado a efetuar obras na casa do povo daquela localidade, sendo que a Associação não dispõe dos meios financeiros suficientes para a sua conclusão. Por esse facto, vem solicitar apoio financeiro para a execução da última fase das referidas obras, de acordo com o orçamento já apresentado. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio de 30.000,00 € (trinta mil euros) à Associação Recreativa, Cultural e Desportiva de Brejo de Baixo, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.3.3 – Realização de Hasta Pública Para Concessão da Cessão de Exploração do Edifício de Apoio de Praia, sito junto à Praia Fluvial do Vilar na Freguesia de Portela do Fojo do Concelho de Pampilhosa da Serra**

----- Foram presentes as minutas do Programa de Procedimento, do Caderno de Encargos e Edital respeitantes à realização de Hasta Pública para Concessão da Cessão de Exploração do Edifício de Apoio de Praia, sito junto à Praia Fluvial do Vilar na Freguesia de Portela do Fojo do Concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal, depois de analisar, deliberou por unanimidade proceder à abertura do concurso na modalidade de Hasta Pública para Concessão da Cessão de Exploração do Edifício de Apoio de Praia, sito junto à Praia Fluvial do Vilar na Freguesia de Portela do Fojo do Concelho de Pampilhosa da Serra, bem como aprovar o Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Edital, nos precisos termos em que se encontram redigidos os quais se dão por integralmente reproduzidos para os devidos e legais efeitos. -----

----- Mais deliberou por unanimidade, que a praça fosse dirigida por uma Comissão composta por: -----

----- Presidente: Fernando Pereira Alves – Chefe de Divisão Técnica de Obras e Urbanismo; -----

----- Vogal: Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira – Técnica Superior; -----

----- Vogal: Luís Filipe Simões Baptista – Técnico Superior; -----

----- Vogal Suplente: Jaime Filipe Loureiro Martins – Fiscal Especialista. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **3 – DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO**

#### **3.1 – OBRAS PÚBLICAS**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 3.1.1 – Centro de BTT e Balneários de Casal da Lapa

- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
- “ Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada “Centro de BTT e Balneários de Casal da Lapa”, a firma Francisco & Leonel, Construções, Lda, apresentou em 31/01/2013 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----
- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -
- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 27 de março de 2013 pelas 10 horas e 30 minutos no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Manuel Pinto Afonso. -----
- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo sido elencado um conjunto de anomalias / deficiências. -----
- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que não estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto Lei nº 190/2012 de 22 de agosto. -----
- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro não reúne condições para ser satisfeita, não devendo ser libertada qualquer garantia relativa à empreitada em epígrafe. À consideração superior.” -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e proceder de acordo com o teor da informação dos Serviços Técnicos de Obras. -----
- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.2 – Receção definitiva e libertação de caução

- Reparação do edifício do Centro Comercial da Praça da Antiga Escola
- Adjudicatário: Mendes & Garcia, Lda

- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----
- “ Em 07/03/2013 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----
- Para cumprimento do contrato inicial foi prestada a caução sob a forma de depósito bancário na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Zona do Pinhal, C.R.L na quantia de 1.500,00 € e para reforço de garantia foi retida a quantia de 1.500,00 € aquando do pagamento do auto de medição nº 1. -----
- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e devolvidas as quantias atrás referidas. -----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.3 – Pedido de Parecer Prévio Vinculativo**

##### **- Acompanhamento e Implementação da Diretiva Serviços e Licenciamento Zero**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “Atendendo ao disposto na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento de Estado 2013, mais concretamente ao disposto no número 4, do artigo 75.º, torna-se necessário um parecer prévio da competência do órgão executivo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto.-----

----- O parecer prévio vinculativo é, nas Autarquias Locais, da competência do órgão executivo, nos termos do número 10, do artigo 75.º, da Lei do Orçamento de Estado 2013, e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c), do número 5, do mesmo artigo, bem como da alínea b), do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012 de 31 de dezembro. -----

----- No entanto, à presente data no que concerne às Autarquias Locais, não foi publicada a Portaria a que se refere o número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Não obstante a ausência de regulamentação para a Administração Local, existe a exigência do parecer prévio vinculativo, como se demonstrou acima.-----

----- Considerando: -----

- 1) Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 4 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013; -----
- 2) Que o n.º 10 do artigo 75º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações; -----
- 3) De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----





**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- a) *Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----*
- b) *Existência de cabimento orçamental; -----*
- c) *Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 75º. (se aplicável). -----*
- 4) *O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços de Acompanhamento e Implementação da Diretiva Serviços e Licenciamento Zero; -----*
- 5) *Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; -----*
- 6) *A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços; -----*
- 7) *Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP; -----*
- 8) *Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto – Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto – Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho; -----*
- 9) *Que o valor base estimado é de 24.000,00 € (vinte e quatro mil euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 02.02.14; -----*
- 10) *Que serão consultadas as seguintes entidades: -----*
  - a) *Silva A. Gomes & Duarte, Projectos e Planeamento do Território, Lda, com sede na Rua João Bento Padilha, Ed. Bom Nome, Bolco A 4º Dt.º. 4795 – 076 Vila das Aves; --*
  - b) *Rosário e André, Consultoria Lda, com sede no Rua Eugénia M M F Fernandes 307, Fonte de Ana, 4825-241 LAMELAS; -----*
  - c) *Fénix.Civil, Projectos de Engenharia Civil, Lda, com sede na Rua José Luís Andrade Nº 137 2º Andar - Dto, 4780-487 SANTO TIRSO; -----*
- 11) *Que o valor base da prestação de serviços é de 24.000,00 € (vinte e quatro mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----*
- 12) *A inexistência de um valor contratual (global) relativo ao ano anterior, não permite ter uma base para aplicação da redução prevista no n.º 1 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro. -----*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- NESTE TERMOS PROPONHO: -----

- a) Que a Câmara delibere emitir parecer prévio vinculativo à contratação dos serviços de *"Acompanhamento e Implementação da Diretiva Serviços e Licenciamento Zero"*, nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; -----
- b) Que a presente proposta seja aprovada em minuta; -----

----- À consideração superior. -----

----- A Câmara, por unanimidade e tendo por base os fundamentos aduzidos na informação prestada pelos Serviços Técnicos de Obras e Urbanismo, deliberou emitir parecer prévio vinculativo, nos termos do disposto no art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013, relativamente à aquisição de serviços de *"Acompanhamento e Implementação da Diretiva Serviços e Licenciamento Zero"*. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.4 - Pedido de Parecer Prévio Vinculativo**

##### **- Projeto de Reabilitação do Estádio Municipal\_Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- *"Atendendo ao disposto na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento de Estado 2013, mais concretamente ao disposto no número 4, do artigo 75.º, torna-se necessário um parecer prévio da competência do órgão executivo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto.*-----

----- O parecer prévio vinculativo é, nas Autarquias Locais, da competência do órgão executivo, nos termos do número 10, do artigo 75.º, da Lei do Orçamento de Estado 2013, e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c), do número 5, do mesmo artigo, bem como da alínea b), do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012 de 31 de dezembro. -----

----- No entanto, à presente data no que concerne às Autarquias Locais, não foi publicada a Portaria a que se refere o número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Não obstante a ausência de regulamentação para a Administração Local, existe a exigência do parecer prévio vinculativo, como se demonstrou acima. -----

----- Considerando: -----

- 1) Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 4 do art.º



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013;-----
- 2) Que o n.º 10 do artigo 75º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações;-----
- 3) De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da:-----
- d) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;-----
- e) Existência de cabimento orçamental;-----
- f) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 75º. (se aplicável).-----
- 4) O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços de Projeto de Reabilitação do Estádio Municipal Pampilhosa da Serra;-----
- 5) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante;-----
- 6) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços;-----
- 7) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP;-----
- 8) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto – Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto – Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho;
- 9) Que o valor base estimado é de 10.500,00 € (dez mil e quinhentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 02.02.14;-----
- 10) Que serão consultadas as seguintes entidades:-----
- d) Central Projectos, Lda., com sede na Rua Brigadeiro Correia Cardoso 340-r/c-D, Coimbra, 3000-084 COIMBRA;-----
- e) MECH Consultores - Arquitectura e Engenharia, Lda, com sede na Rua Dr António José Almeida 329, 3º-s 4, 3000-045 COIMBRA;-----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

f) *Pedro Santos Arquitectura, com sede na Quinta da Gramela, nº33, Pombal, 3100-359 POMBAL;*-----

11) *Que o valor base da prestação de serviços é de 10.500,00 € (dez mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;*-----

12) *Que o valor do preço base já contempla a redução remuneratória prevista no n.º1 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro no montante de 10%, dado que o valor correto para o serviço em causa seria de 11.666,67 € (onze mil, seiscentos e sessenta e seis euros e sessenta e sete cêntimos), acrescido de IVA.*-----

----- **NESTE TERMOS PROPONHO:** -----

c) *Que a Câmara delibere emitir parecer prévio vinculativo à contratação dos serviços de "Projeto de Reabilitação do Estádio Municipal Pampilhosa da Serra", nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro;*-----

d) *Que a presente proposta seja aprovada em minuta;*-----

----- *À consideração superior.*-----

----- A Câmara, por unanimidade e tendo por base os fundamentos aduzidos na informação prestada pelos Serviços Técnicos de Obras e Urbanismo, deliberou emitir parecer prévio vinculativo, nos termos do disposto no art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013, relativamente à aquisição de serviços de **"Projeto de Reabilitação do Estádio Municipal Pampilhosa da Serra"**.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

**3.1.5 - Pedido de Parecer Prévio Vinculativo**

**- Elaboração de Projeto\_Projetos de especialidades \_ Casa do Artista**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- *"Atendendo ao disposto na Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, vulgo Lei do Orçamento de Estado 2013, mais concretamente ao disposto no número 4, do artigo 75.º, torna-se necessário um parecer prévio da competência do órgão executivo para a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto.*-----

----- *O parecer prévio vinculativo é, nas Autarquias Locais, da competência do órgão executivo, nos termos do número 10, do artigo 75.º, da Lei do Orçamento de Estado 2013, e depende da*



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

*verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c), do número 5, do mesmo artigo, bem como da alínea b), do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012 de 31 de dezembro. -----*

*----- No entanto, à presente data no que concerne às Autarquias Locais, não foi publicada a Portaria a que se refere o número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. Não obstante a ausência de regulamentação para a Administração Local, existe a exigência do parecer prévio vinculativo, como se demonstrou acima.-----*

*Considerando: -----*

- 1) Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 4 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013; -----*
- 2) Que o n.º 10 do artigo 75º, da retro citada disposição legal, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, da mesma norma legal, com as necessárias adaptações;-----*
- 3) De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 75º, da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----*
  - g) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----*
  - h) Existência de cabimento orçamental;-----*
  - i) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 75º. (se aplicável).-----*
- 4) O objeto do presente contrato consiste na contratação de serviços de Elaboração de Projetos de especialidades \_ Casa do Artista;-----*
- 5) Atendendo à natureza do contrato em apreço, estes trabalhos serão desenvolvidos sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante;-----*
- 6) A inexistência de recursos técnicos e humanos da especialidade próprios para o desenvolvimento das tarefas inerentes à execução dos serviços;-----*
- 7) Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do artigo 20º do CCP;-----*
- 8) Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de Março e alterado pelo Decreto - Lei n.º 278/2009 de 2 de Outubro, pela Lei n.º*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

3/2010, de 27 de Abril e pelo Decreto – Lei n.º 131/2010, de 14 de Dezembro e Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho; -----

9) Que o valor base estimado é de 17.500,00 € (dezassete mil e quinhentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo cabimento orçamental na rubrica orçamental: Orgânica 0102 Económica 02.02.14;-----

10) Que serão consultadas as seguintes entidades:-----

g) Central Projectos, Lda., com sede na Rua Brigadeiro Correia Cardoso 340-r/c-D, Coimbra, 3000-084 COIMBRA;-----

h) MECH Consultores - Arquitectura e Engenharia, Lda, com sede na Rua Dr António José Almeida 329, 3º-s 4, 3000-045 COIMBRA;-----

i) Pedro Santos Arquitectura, com sede na Quinta da Gramela, nº33, Pombal, 3100-359 POMBAL;-----

11) Que o valor base da prestação de serviços é de 17.500,00 € (dezassete mil e quinhentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor;-----

12) Que o valor do preço base já contempla a redução remuneratória prevista no n.º1 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro no montante de 10%, dado que o valor correto para o serviço em causa seria de 19.444,44 € (dezanove mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e quarenta e quatro centimos), acrescido de IVA.-----

----- **NESTE TERMOS PROPONHO:** -----

e) Que a Câmara delibere emitir parecer prévio vinculativo à contratação dos serviços de “**Elaboração de Projeto\_Projetos de especialidades \_ Casa do Artista**”, nos termos da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro; -----

f) Que a presente proposta seja aprovada em minuta;-----

----- À consideração superior” -----

----- A Câmara, por unanimidade e tendo por base os fundamentos aduzidos na informação prestada pelos Serviços Técnicos de Obras e Urbanismo, deliberou emitir parecer prévio vinculativo, nos termos do disposto no art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2013, relativamente à aquisição de serviços de “**Elaboração de Projeto\_Projetos de especialidades \_ Casa do Artista**”. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 4 - DIVISÃO SÓCIO-CULTURAL

##### 4.1 - EDUCAÇÃO

##### 4.1.1 - Realização de Estágio dos alunos:

- André Miguel Santos Pereira
- Luís Filipe Casanova Sousa

----- Foi presente um e-mail da Unidade Técnico-Científica de Engenharia Civil da Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico de Castelo Branco, a solicitar a integração dos estagiários André Miguel Santos Pereira e Luís Filipe Casanova Sousa, daquele Estabelecimento de Ensino, no gabinete técnico (projeto), na segurança no trabalho ou em obra, em contexto de trabalho. -----

----- Em anexo remetem Protocolo relativo à realização do referido Estágio. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou, designar o Sr. Eng<sup>o</sup> Pedro Tiago Sousa Santa e o Sr. Eng<sup>o</sup> Luís Filipe Simões Baptista, dos Serviços Técnicos de Obras e Urbanismo, orientadores dos respetivos Estágios. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 4.2 - AÇÃO SOCIAL

##### 4.2.1 - Novo Processo Ação Social Escolar - alimentação

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- *"No seguimento do novo pedido de ação social escolar, de apoio para alimentação, referente à criança Pedro Miguel Lopes Ferreira, venho por este meio informar a proposta de apoio, após análise do processo, uma vez que se encontra integrado no Centro de Acolhimento de Dornelas do Zêzere: -----*

Nº	Nome	Encarregados de Educação	Alimentação
76	Pedro Miguel Lopes Ferreira	Pedro Miguel da Silva F. Camões e Cláudia Cristina L. Rosa Santos	Isenção



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- *Mais se informa que esta proposta de isenção deverá ter efeitos a partir do dia 08 de abril de 2013.* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.2.2 – Reabilitação de Habitação em Aldeia Cimeira para fim de alojamento em situações de emergências sociais**

----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----

----- “*Atendendo à necessidade sentida, em termos sociais, da existência de habitações que permitam o alojamento de indivíduos ou famílias do concelho, em situações de emergência social, o Município de Pampilhosa da Serra e a Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, articularam esforços no sentido de encontrar espaços que sirvam este fim, uma vez que ambas as Instituições têm responsabilidades no âmbito social.*” -----

----- Neste sentido, foi identificado um imóvel, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, na localidade de Aldeia Cimeira, que reúne as condições adequadas, sendo apenas necessária uma intervenção mínima para a sua reabilitação, propondo-se que o Município ceda os materiais, orçamentados em 4.203,00 €, acrescido de IVA, para concretização dessa intervenção, assumindo a Santa Casa os restantes encargos com a mão de obra. -----

----- Deste entendimento será celebrado um memorando, entre as duas Instituições. À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### **4.3 – CULTURA**

#### **4.3.1 – Proposta de Protocolo com a Universidade de Aveiro – Projeto Cientista na Serra**

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Cultura, do seguinte teor: -----

----- “*Tendo em conta o êxito alcançado pelo projeto Cientistas na Serra em 2012, no âmbito do projeto Ludoteca Criativa, foi proposto pela Universidade de Aveiro, através da Fábrica da Ciência*” -----





**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

*Viva, celebração de protocolo entre as duas entidades, por forma a desenvolver no concelho um programa científico-pedagógico entre Abril de 2013 e Agosto de 2014. -----*

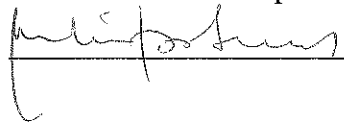
*----- Os principais objetivos deste projeto prendem-se com a promoção e divulgação da cultura científica e tecnológica, nomeadamente no que se refere às ciências espaciais e com um conjunto de atividades centradas na cultura científica não formal. Tendo em conta a dinâmica que o Município tem prestado nesta área do conhecimento, em conjunto com diversos parceiros, nomeadamente a Universidade do Porto, o NUCLIO – Núcleo Interativo de Astronomia, a FCT e UA e a PT, entre outros. -----*

*----- Assim, coloca-se à consideração superior a pertinência da sua celebração, pelo que se anexa a calendarização proposta, bem como os encargos decorrentes da mesma.” -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar o referido Protocolo. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

*----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim,*



*, que a subscrevi. -----*

